



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS/SETOR DE CONCURSOS

27º CONCURSO PARA PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO – 2ª ETAPA

GRUPO III - PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO

Esta prova compõe-se de uma dissertação e de cinco questões (duas de Constitucional e três de Administrativo) com as respectivas pontuações. As respostas serão avaliadas em razão dos seus fundamentos, da clareza e da objetividade na exposição das idéias, do uso correto da língua portuguesa, da linguagem jurídica adequada, da apresentação formal e da legibilidade do texto.

PRIMEIRA PARTE

Dissertação (40 Pontos)

A respeito da **incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro**, disserte abordando os tópicos requeridos abaixo:

- a) Ordenamento jurídico interno e internacional. Teorias monista e dualista. (8 pontos).
- b) Tratados internacionais de direitos humanos e o texto original da Constituição Federal de 1988. (8 pontos).
- c) Tese da equiparação entre os direitos fundamentais localizados em tratados internacionais e os com sede na Constituição formal. (8 pontos).
- d) Modificações trazidas pela EC n. 45. (8 pontos).
- e) O pacto de São José da Costa Rica (Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992) pode ser equiparado a uma norma constitucional, segundo a modificação trazida na EC n. 45 (§3º do art. 5º: "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.") ? (8 pontos).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS/SETOR DE CONCURSOS

27º CONCURSO PARA PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO – 2ª ETAPA

GRUPO III - PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO

Esta prova compõe-se de uma dissertação e de cinco questões (duas de Constitucional e três de Administrativo) com as respectivas pontuações. As respostas serão avaliadas em razão dos seus fundamentos, da clareza e da objetividade na exposição das idéias, do uso correto da língua portuguesa, da linguagem jurídica adequada, da apresentação formal e da legibilidade do texto.

SEGUNDA PARTE

QUESTÃO 1 - (12 pontos)

Explique a **tipologia das normas constitucionais segundo a sua eficácia**, consoante a **classificação de José Afonso da Silva (eficácia plena, eficácia contida e eficácia limitada)** (6 pontos). Enquadre na classificação referida, o dispositivo constitucional abaixo transcrito referente à **arguição de preceito fundamental (art. 102, §1º da CF)**, consoante a jurisprudência do STF (6 pontos).

Art. 102, § 1º. "A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei".

QUESTÃO 2 - (12 pontos)

Conceitue **interpretação conforme a constituição**, correlacionando-a ao controle de constitucionalidade das normas (6 pontos). No caso de aplicação da **interpretação conforme a constituição** no controle concentrado de normas, a ADIN será julgada procedente ou improcedente, consoante a jurisprudência vigente do STF (6 pontos)?

QUESTÃO 3 - (12 pontos)

A Lei nº 9.784/99 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. O artigo 54 dessa Lei determina que "o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé". É possível a aplicação dessa decadência quinquenal em relação a prazos cuja contagem teve início antes da vigência da Lei nº 9.784/99 e que estavam, portanto, em plena fluência quando a norma entrou em vigor? Justifique a resposta.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS/SETOR DE CONCURSOS

QUESTÃO 4 - (16 pontos)

Derrubando o veto do Chefe do Poder Executivo, o Poder Legislativo aprova lei que, em causa própria, anistia multas aplicadas a parlamentares pela Justiça Eleitoral. O Ministério Público ajuíza ação civil pública em desfavor dos parlamentares que, multados em razão do descumprimento da legislação eleitoral, votaram, em causa própria, pela aprovação do projeto de lei.

Tendo em conta o exemplo supracitado, responda: é possível falar-se em improbidade na produção normativa? Caso afirmativa a resposta, que consequências adviriam para os parlamentares? Justifique a resposta.

Questão 05 (8 pontos)

A teoria da interrupção do nexo causal tem aplicação em tema de responsabilidade civil do Estado? Justifique a resposta.